

SINDICATO/PESSOAL DOCENTE/FORMAÇÃO EM SERVIÇO

SECTOR DE RECORDES DE IMPRENSA

FENPROF promoveu concentração nacional frente ao MEC - Lisboa

PROFESSORES EXIGEM NA RUA PROFISSIONALIZAÇÃO NUM ANO

«A nossa presença aqui manifesta simultaneamente o descontentamento generalizado que conduziu este modelo de formação e a necessidade urgente de o substituir» — afirmou ontem, em Lisboa, junto ao MEC, na concentração nacional dos formandos, José João Lucas, do Sindicato dos Professores da Região Centro.

A concentração nacional, convocada pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF) reuniu junto ao edifício central do MEC professores em formação e professores provisórios oriundos de todos os pontos do país. Globalmente os docentes, em palavras de ordem e nas intervenções ali proferidas, protestaram contra o

todo o processo de formação em serviço «seja objecto de nova legislação e negociar entre o MEC e a FENPROF». Em síntese, foram estas as reivindicações dos professores formandos consubstanciadas na moção aprovada pelos docentes que se concentraram junto ao MEC. No entanto, os motivos de descontentamento são mais

para a reflexão, estudo e investigação, mas também uma actividade inovadora no local de trabalho com os colegas e alunos».

Mais ainda, os professores «não querem provas finais que só servem para mascarar sistemas de formação ineficientes e ultrapassados» e muito menos que as improvisações do MEC recaiam sobre os professores em formação nem sobre os que a já tiveram acesso no próximo ano. «Assim, entendem que a extinção e criação de qualquer modelo de formação não podem provocar mais «desastres» e exigem condições para que a generalidade

to, do então ministro Vitor Crespo, foi alvo de profundo debate nas escolas e por isso, no entender daquela Federação, outra atitude não seria de esperar da actual equipa do MEC. Por isso, a FENPROF anunciou já que se o MEC persistir na sua recusa à negociação recorrerá à luta, solicitando, inclusive, à Assembleia da República a ratificação do diploma.

Por isso mesmo, este documento e toda a problemática da «gestão democrática» começaram já a ser discutidos entre os professores. Anteontem, na zona da Grande Lisboa decorreu uma reunião de professores-membros de conselhos directivos além de este ser também um dos temas fundamentais da 1.ª Conferência dos Professores dos ensinos preparatório e secundário a efectuar em 19 e 20 de Setembro na Póvoa de Varzim.

no essencial com aspectos meramente técnicos de eleições e nomeações, que sendo importantes, não são, decerto, o fundamental de que está em jogo para tornar a gestão das escolas simultaneamente mais eficaz e mais democrática, não aproveitando ou aproveitando mal as potencialidades que a gestão democrática introduziu na melhoria do funcionamento das escolas».

Assim, a FENPROF considera insuficiente a existência apenas de três elementos docentes nos conselhos directivos, independentemente da dimensão e características das escolas. Considera desadequada a obrigatoriedade de dois elementos serem do quadro e desajustado o articulado sobre as competências dos membros do conselho directivo. Acha ainda que devem ser definidas as reduções da componente lectiva dos membros dos conselhos directivos e devem também ser fixados os respectivos subsídios.

No respeitante às competências do conselho administrativo, deve ser consagrado o respeito pelas decisões do conselho pedagógico, considerando-se «inadmissíveis» que este conselho possa suspender qualquer deliberação por a considerar inconveniente.

• Diploma globalmente insuficiente

Numa primeira leitura, consideram os docentes filiales na FENPROF que o novo diploma é «globalmente insuficiente e pobre. Preocupam-se — acrescenta-se —



Professores de todo o país foram a Lisboa exigir do MEC melhores condições de profissionalização. Na foto, um grupo de formandos da ESE de Viana do Castelo, quando desfilava junto ao edifício do Ministério.

modo como está a funcionar e foi lançada a formação em serviço dos professores dos ensinos preparatório e secundário.

Além do protesto e da revelação de situações «anómalas no funcionamento do novo modelo, os docentes reivindicaram para todos os professores efectivos de nomeação provisória e para os professores provisórios com habilitação própria e com três ou mais anos de serviço o acesso ao concurso de professores efectivos.

• Entrega de moção

Em moção aprovada na concentração nacional e ontem mesmo entregue no gabinete do secretário de Estado da Administração Escolar, os professores formandos exigem que a todos os docentes em formação seja dada possibilidade de concluir, no final do presente ano lectivo, a formação em serviço, «desde que por sua livre iniciativa o requerizam, tendo por base objectivos de competência a negociar entre o MEC e a FENPROF».

Mais ainda, exigem que todos os futuros professores efectivos de nomeação provisória entrem em formação em Setembro próximo e que

vastos. Entendem os professores que «o actual modelo de formação não serve».

Segundo afirmou um dirigente sindical da Região Centro, já é um dado para todos que o actual modelo de formação «falhou rotundamente, porque não se cumpre nem mais rápido, nem mais racional, nem mais formativo».

• Modelo de formação

Para aquele professor, o modelo de formação «está a provocar comportamentos negativos entre os professores: absentismo e demissão em relação às actividades da sua escola, individualismo, ausência de sentido crítico e de criatividade, impossibilidade ou dificuldades de acção colectiva».

Na intervenção proferida durante a concentração, José João Lucas sublinhou que o novo modelo de formação que os professores querem ver a funcionar a partir do início do próximo ano lectivo tem de ser construído e implantado no terreno. No seu entender, os professores não querem uma «formação teórica afastada da realidade do ensino, querem condições reais de apoio

dos formandos possa completar a sua formação até ao início do próximo ano lectivo.

• «Gestão democrática» — projecto do MEC é «mediocre»

Enquanto isto, a FENPROF considerava o novo projecto de gestão democrática dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário de uma «pobrezinha mediocre» e, numa carta enviada ao secretário de Estado da Administração Escolar, anunciou que só emitirá o seu parecer depois da realização da Conferência Nacional dos Professores daqueles níveis de ensino, marcada para o final do mês, na Póvoa de Varzim. A FENPROF, como já noticiámos, recebeu do secretário de Estado da Administração Escolar um projecto de diploma visando introduzir alterações ao actual modelo de gestão democrática que data de 1976. O parecer solicitado deveria ser emitido no prazo de cinco dias e a FENPROF entendeu que matéria desta importância tem de ser alvo de negociação séria.

Alitos, um anterior projec-

Conflicto Professores

Diá

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31